

A comercialização de artesanato pelas mulheres Guarani no litoral de Santa Catarina¹

Viviane Vasconcelos – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Resumo

Este artigo aborda o protagonismo das mulheres Guarani Mbya nos contextos das práticas de comercialização de artesanatos efetivadas nas ruas centrais da cidade de Florianópolis, no estado de Santa Catarina. Esta prática pode ser observada desde ao menos a década de 1980 e é permeada por diversos desafios, como apontam relatos históricos, ainda assim, diante de tantas dificuldades, as mulheres Guarani se mobilizam neste movimento de deslocamento até as áreas urbanas para realizar as vendas de seus produtos e estabelecer trocas comerciais com não indígenas e outros povos indígenas que se ocupam destes mesmos lugares.

Palavras-chave: mulheres Guarani, comercialização, artesanato.

Introdução

De início vale apontar o papel crucial da produção e venda de artesanato na manutenção dos territórios Guarani ao longo do litoral de Santa Catarina nas últimas décadas. Melià (1990) observa que as comunidades Guarani do interior do continente sul-americano geralmente se envolvem com mais afinco em atividades produtivas como agricultura, caça e pesca para atender as suas necessidades básicas, em contraste com as comunidades litorâneas, que parecem se dedicar com maior ênfase na produção de artesanato. Essa inversão de práticas produtivas pode ser interpretada como uma resposta à menor disponibilidade de terras para agricultura e, conseqüentemente de recursos naturais nas áreas litorâneas incentivando-os a explorar o mercado de artesanato como uma fonte de para obtenção de recursos econômicos. Diante disto, e ao que tudo indica, o processo de produção e venda de artesanato emerge enquanto uma estratégia para a garantia e manutenção dos territórios litorâneos.

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024).

Pelo fato de possibilitar colocar em prática uma atividade crucial da identidade indígena Guarani, a produção de artesanato não apenas sustenta economicamente estas comunidades do litoral, como também desempenha um papel importante na valorização cultural e, conseqüentemente na defesa dos territórios tradicionais frente aos desafios enfrentados com relação à diminuição de suas áreas de ocupação histórica.

Narrativas Guarani mencionam algumas áreas habitadas ao longo das décadas nas áreas litorâneas de Santa Catarina. Em Florianópolis, registros indicam a presença de aldeias até pelo menos o final do século XIX e início do XX, nos mesmos locais que atualmente se localizam o Terminal Rodoviário Rita Maria e a ponte Colombo Salles na porção continental da cidade. Ainda, as narrativas indígenas apontam que desde ao menos a década de 1960, ocorriam movimentos de artesãos e artesãs Guarani que habitavam as comunidades do interior do estado em direção às cidades litorâneas, especialmente Florianópolis, para a realização de comercialização de artesanato (FUNAI, 2018).

Uma ocupação mais recente diz respeito à que nesta mesma cidade, na década de 2000, se podia observar a existência da “Associação de Índios Desaldeados da Grande Florianópolis”, sediada no bairro Saco dos Limões, representada por aproximadamente 230 indígenas residentes na cidade, refletindo a relevância e significância das ocupações indígenas nesta cidade (Fernandes, 2000).

Histórico das violências institucionais e governamentais

De modo a buscar um melhor entendimento do contexto histórico e social das experiências das mulheres Guarani nas cidades e ampliar a compreensão dos desafios aos quais enfrentam nestes locais, bem como as motivações que impulsionam estes movimentos, este item aborda brevemente as frequentes situações de violência que envolvem estes deslocamentos até os centros urbanos.

É sabido que as relações nas cidades reproduzem estruturas misóginas e racistas que aumentam os riscos de violência enfrentados pelas mulheres indígenas (Garcia, 2010). A interseccionalidade entre questões de gênero, raça e classe expõe as mulheres Guarani à múltiplas formas de exclusão social e empobrecimento. Em contextos urbanos, como territórios de disputa, as mulheres indígenas reivindicam seu direito de ocupação, adaptando-se de maneiras diversas e particulares.

Um exemplo de violência institucional exercida pelo poder público em Florianópolis, ocorreu em 08 de setembro de 2003. O registro em jornais da época² traz relatos de uma operação conjunta envolvendo policiais militares, Conselho Tutelar, Programa Municipal de Abordagem de Rua, fiscais da Secretaria de Urbanismo e um funcionário da FUNAI que teriam entrado em conflito com mulheres Guarani que comercializavam artesanato no centro da cidade de Florianópolis, por acusá-las de exploração de trabalho infantil de seus filhos e filhas. Os relatos indicam uma intervenção violenta e inadequada, que gerou tumultos e agressões físicas, assustando as crianças, que por consequência correram do local, tendo algumas delas ficado temporariamente perdidas de suas mães.

De acordo com outra reportagem desta vez do Jornal ND Online³ que entrevistou Maristela Brasil, uma mulher indígena Kaingang que comercializa artesanato em Florianópolis, ela enfrenta desafios significativos, como a falta de abrigo noturno próximo ao centro da cidade. Maristela relata sua preferência por pernoitar no centro urbano para evitar o transporte diário de seus materiais, destacando a importância de abrigos próximos ao centro, como a Casa de Passagem, para os indígenas em Florianópolis. Os desafios enfrentados pelas mulheres Kaingang, como o frio, a escassez de alimentos e a violência nas ruas, destacam a falta de estrutura adequada para o acolhimento dos povos indígenas em Florianópolis.

Trago o exemplo de Maristela⁴, mulher Kaingang, para fins de melhor compreensão das situações a que mulheres indígenas, em geral atravessam nas cidades. Esses episódios evidenciam uma série de dificuldades enfrentadas pelas mulheres indígenas em espaços urbanos. Esse cenário ilustra como a negação de sua cidadania, e a privação de direitos fundamentais chegam ao ponto de criminalizá-las nos momentos de suas presenças nas cidades. A falta de políticas públicas municipais para recepção adequada das mulheres

² Registros de jornais que apontam ações violentas advindas de órgãos governamentais contra as mulheres indígenas que comercializavam artesanato no centro da cidade de Florianópolis podem ser encontrados em: Jornal Diário Catarinense, Florianópolis, de 09 de março de 2006: “Indígenas pedem segurança no centro”, Jornal Diário Catarinense, Florianópolis, de 11 de setembro de 2003: “Índia acusada de usar filho em suas vendas”, Jornal A Notícia, Joinville, de 12 de setembro de 2003: “Participação de crianças nas vendas de artesanato no centro teria provocado problemas aos indígenas” e Jornal A Notícia, Joinville, de 13 de setembro de 2003: “Ação de fiscais deixam indígenas apreensivos”. Indica-se ainda a reportagem audiovisual da TV Justiça Procuradoria da República de Santa Catarina de setembro de 2003, acesso em 31 de março de 2022.

³ <https://ndmais.com.br/noticias/india-vive-com-filha-de-um-ano-em-baixo-do-elevado-dias-velho-em-florianopolis/>, acesso em 31 de agosto de 2023.

⁴ Todos os nomes citados neste artigo foram alterados com a finalidade de garantir a segurança no uso de sua imagem.

indígenas nas cidades da grande maioria do país continua a não contemplar as necessidades básicas dessas populações em contextos urbanos. A implementação efetiva de políticas públicas que fortaleçam os direitos indígenas nos centros urbanos, essencial para mitigar essas vulnerabilidades, ainda é uma lacuna a ser superada.

Garcia (2010) presencia estes mesmo desafios entre as mulheres maias na Guatemala e aborda as múltiplas formas de opressão que elas enfrentam, resultando na restrição de seu direito de participação plena e na falta de garantia dos direitos civis e de políticas públicas indigenistas. Assim como as mulheres Guarani, a autora afirma que apesar dos frequentes conflitos que caracterizam os contextos urbanos como territórios de disputas, essas mulheres estão determinadas a ocupá-los, adaptando-se de maneiras diversas e singulares

Outro ponto frequentemente discutido no que se refere à temática da presença das mulheres indígenas nas cidades é a acusação de que deixam seus filhos em situações de mendicância ao frequentarem centros urbanos. Jozileia Daniza (2016), antropóloga indígena Kaingang, explica que essa prática reflete uma necessidade cultural de manter as crianças próximas às mães e aprender a interagir com diversas pessoas, uma habilidade valorizada entre os povos indígenas. Neste momento, as crianças indígenas aprendem a negociar com não indígenas, habilidade que será de grande utilidade em suas vidas adultas.

As instituições frequentemente desconhecem as experiências e realidades indígenas, perpetuando violações de direitos há muito tempo estabelecidas. Brito (2014) argumenta sobre a "falta de memória institucional" que resulta na repetição de atos violentos, neste caso, contra estas populações. A necessidade de educação continuada para instituições como o Conselho Tutelar é crucial para melhorar o apoio às crianças indígenas em ambientes urbanos.

Ainda que existam diversos percalços nestes deslocamentos às cidades, é evidente que as motivações superam os desafios e continuam incentivando as mulheres Guarani em suas idas aos centros urbanos. Paladino (2006) contribui ao entendimento dessa não desistência de movimentarem-se às cidades indicando que no caso dos jovens Ticuna seus movimentos até as cidades não são motivados apenas por questões econômicas. Fatores como curiosidade, espírito de aventura, desejo de conhecer novos lugares e obter maior conhecimento são indicados como algumas das razões para essa movimentação.

Me parece que estes desejos também movimentam as mulheres Guarani, já que muitas delas possuem relações de amizade com pessoas não indígenas, e até mesmo relações de apadrinhamento. Conheci muitas pessoas não indígenas que me contaram conhecer filhas e filhos de mulheres Guarani quando crianças, hoje adultas. Muitas delas foram apadrinhadas por estas pessoas e estabelecem uma antiga relação social. Estas relações extravasam os contextos das cidades e levam estas pessoas até as terras indígenas, num movimento contrário, ou seja, de ida de pessoas não indígenas até as comunidades indígenas aprofundando laços que de outra forma não seriam possíveis.

Aata vende mbae ma pará – Eu vou vender artesanato

Neste momento irei me deter na descrição etnográfica de um dia acompanhando as mulheres Guarani Mbya em seus deslocamentos aos centros urbanos, e nas relações comerciais estabelecidas com não indígenas e outros povos indígenas na cidade de Florianópolis.

Matilda carrega seus artesanatos em uma bolsa à tiracolo, que contém cestas tingidas, não tingidas, colares, brincos e pulseiras feitas de penas coloridas e miçangas. Parte de sua mercadoria fica na cidade com uma conhecida sua, dona de uma barraca de venda de salgadinhos, chamada Franciane. É ali que Matilda, antes de se dirigir ao seu local de comércio, toma seu café da manhã, que em geral deixa pendurado até a volta ao final da tarde, quando consegue vender seus artesanatos e pagar pelo alimento comprado pela manhã.

Caminhamos pelo centro de Florianópolis, eu, Matilde e seu filho Pedro. No caminho, encontramos alguns pedaços de papelão encostados ao poste, que usamos como assento no chão, porque esta é uma das marcas das mulheres Guarani que comercializam seus artesanatos: o ato de sentar-se ao chão. Passamos por dois meninos Guarani cantando e tocando um chocalho, com um cestinho à frente com algumas poucas moedas. Um homem alcoolizado, possivelmente em situação de rua, passou dizendo em voz alta que eles representavam a verdadeira cultura brasileira, em um evidente sinal de valorização da cultura e dos povos originários.

No que se refere aos pontos de venda, cada mulher indígena geralmente tem um local fixo de ocupação na cidade, o que facilita a criação de relações sociais e possibilita tanto a venda de suas peças quanto o recebimento de doações como roupas e alimentos.

Isso amplia a importância desse comércio além de seu aspecto financeiro, promovendo redes de sociabilidade e valores como reciprocidade e teko porã, o bem-viver (Otero, 2008; Ferreira, 2002).

Em certa medida, podemos pensar a cidade como um "mato", onde se encontram os meios de subsistência. Indígenas Guarani e Laklãnõ-Xokleng, em Santa Catarina, parecem conceber as cidades como um local que oferece oportunidade de busca de víveres, semelhante às práticas ancestrais de caça, pesca e coleta (Rodrigues, 2000; Fagundes, 2008), seja por meio dos comércios de seus produtos, seja pelo recebimento de doações. Essa adaptação à urbanidade reflete uma mudança na forma de obter alimentos e recursos, devido à restrição de acesso às terras tradicionais.

Para os Guarani, a espera na cidade é comparada à paciência necessária na pesca, aguardando que os não indígenas se aproximem como peixes mordendo a isca. Esse período de espera não é visto como um problema, mas como parte de uma estratégia cultural de sobrevivência evidenciada também por Fagundes (2008) em seu artigo.

Matilda, está acostumada a ficar horas sentada vendendo seus artesanatos. Ela me conta que se desloca para comerciar em Florianópolis desde 1999, e afirma que seu corpo se adaptou a essa rotina. Ela menciona que, embora inicialmente tenha sentido dores e formigamento em suas pernas no início, hoje seu corpo se ajustou ao tempo prolongado na mesma posição. Essa adaptação física, não exclui a exaustão e o desconforto envolvidos nesse trabalho, especialmente para as crianças, que enfrentam dificuldades de acesso à comida, água e uso dos banheiros quando nas cidades.

É frequente ouvir transeuntes associarem o ato de se sentar no chão com a mendicância, uma percepção que merece consideração mais cuidadosa. Primeiramente, é crucial lembrar que os Guarani têm uma relação particular com a terra e com o ato de se sentar nela, visto que a terra tem caráter sagrado, e que é comum se sentar diretamente nela, algo menos comum entre os não indígenas.

Outro ponto importante é a prática do "poraró", ou "pegar troquinho" descrita por Fagundes (2008) como aceitar doações de dinheiro, um hábito cultural onde aqueles que têm mais ajudam aqueles que têm menos, pensada em uma lógica da reciprocidade. O "poraró" também se estende à troca de bens e serviços, incluindo a comercialização de artesanato. Como disse José Cirilo Pires Morinico, indígena Guarani: "O artesanato também é poraró, a gente leva o cesto e o branco traz o dinheiro. Quando vamos ao

mercado, também é poraró, não é?". Essa visão destaca que o pedido de dinheiro pelos Guarani não se trata de mendicância, mas sim de um aspecto cultural de troca.

Entrevistei dois compradores. O primeiro, Daniel, é professor de História na rede estadual. Ao questioná-lo sobre suas motivações para comprar artesanato, ele mencionou que se identifica com as artesãs devido à sua ascendência indígena. Daniel também expressou seu gosto por utilizar o mbaraka (chocalho) em suas atividades rituais e comprou um para suas rezas. Ele disse que compra artesanato não apenas para ajudar, mas também como forma de apoio às comunidades. Daniel compartilhou sobre uma atividade que organizou com seus alunos, levando-os para conhecer a Escola Indígena Itaty de Morro dos Cavalos, em Palhoça, onde previamente trabalhou a desconstrução de estereótipos e preconceitos relacionados aos povos indígenas. Fiquei tocada com os encontros que esse trabalho proporciona.

O segundo comprador mencionou que gosta de comprar orquídeas com frequência, simplesmente porque aprecia. Saindo do sol escaldante ao meio-dia, Lúcia decidiu mudar para um local mais sombreado em frente ao Museu Cruz e Souza. Lá, encontramos um senhor que vende mel e é amigo de Baiano, o marido de Lúcia. Eles trocaram cumprimentos e combinaram um encontro para o sábado na casa dela. Essas conexões estabelecidas com não indígenas na cidade ultrapassam os limites urbanos e alcançam as terras indígenas.

Délia teve um dia movimentado vendendo artesanato, como de costume. Um casal chileno comprou um mbaraka dela, apesar do receio de saber se conseguiriam transportá-lo no avião no retorno ao seu país devido às restrições de transporte de madeiras. Eles queriam levar um presente que representasse a identidade brasileira para seu filho, que é músico. Logo após este casal, uma moça chegou procurando por um colar e uma pulseira, e apesar de Délia não ter esses itens, sugeri que ela visitasse a barraquinha de Rosália, onde encontraria pulseiras disponíveis e em abundância. Délia rapidamente esclareceu que os produtos de Rosália eram mais caros, e que mesmo não tendo disponíveis no momento, ela poderia fazer por encomenda com ela mesma. Elas trocaram contatos, e felizmente minha intervenção não atrapalhou suas vendas.

A admiração pelo empreendedorismo das mulheres Kaingang, que já possuem suas barracas e atraem muitos clientes, é notável. Também observei relações comerciais com

os Kaingang e a revenda de produtos para os Guarani. De fato, alguns produtos como bichinhos de artesanatos não são produzidos pelos Kaingang, o que os leva a “terceirizar”, usando uma expressão de uma das mulheres não indígenas que trabalha com corte de cabelo e que acompanha o cotidiano das mulheres indígenas, por meio da compra destes produtos e revenda em suas barracas.

È evidente uma rede de solidariedade entre indígenas e não indígenas. Em Florianópolis, por exemplo, quando Matilda recebe doações, principalmente de mulheres não indígenas, que avalia que não irá utilizar, ela repassa para as mulheres não indígenas, como me mostrou uma delas ao dizer que o óculos de sol que usava foi presente de Matilda.

Ao final do dia, pegamos nossos papelões, levamos até uma lixeira próxima, e nos dirigimos até o terminal de ônibus. Antes, Matilda parou na banca de comida de Franciane, pagou o café da manhã com o valor recebido nas vendas do dia e resolveu neste dia deixar seus artesanatos na barraquinha de sua conhecida porque voltaria em dois dias, optando por não carregar na ida e na volta do trajeto desde a aldeia até a cidade suas pesadas sacolas.

Referências

BRITO, M.A. Entre cobras e lagartixas: crianças em instituições de acolhimento se construindo sujeitos na maquinaria da proteção integral. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2014.

MELIÀ, B. **A terra sem mal dos Guarani**: economia e profecia. Revista de Antropologia. São Paulo, FFLCH/USP, vol. 33, p.31-46, 1990.

FAGUNDES, L.F.C. “Mulheres dos panos” Mbya-Guarani garantindo direitos fundamentais. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos – CODE, IPEA, p.01-16, 2011.

FERNANDES, R. C. Estudo de Impacto Ambiental BR – 101 Trecho Osório – Palhoça, 2000.

FERREIRA, M.K.L. **Divina abundância**: fome, miséria e a Terra-Sem-Mal das crianças Guarani. LOPES DA SILVA, A; NUNES, A. In: LOPES DA SILVA, A.; MACEDO, A.V.L.S.; NUNES, A. (Orgs.). Crianças Indígenas. Ensaios Antropológicos. São Paulo: Global, 2002, p. 150-167.

GARCIA, D.S.M. Uma análise antropológica das emergentes práticas discursivas das mulheres intelectuais mayas da Guatemala (1988 - 2008). Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2010, 259 p.

HENRIQUES, K. N. R. Territórios Indígenas em Espaços Urbanos: um estudo da migração dos indígenas da Terra Indígena Ibirama para Blumenau – SC

OTERO, A. G. O "esperar troquinho" no centro de Porto Alegre: tradição e inovação na cultura Mbyá-Guarani, Ponto Urbe [Online], 2 | 2008.

PALADINO, M. Estudar e experimentar na cidade: Trajetórias sociais, escolarização e experiência urbana entre “Jovens” indígenas Ticuna, Amazonas. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

SCHILD, J.D.J.J. Mulheres Kaingang, seus caminhos, políticas e redes na T.I. Serrinha. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2016, 195 p.